LEI N°. 2.482/2024

SANCIONADO
13 / 12 / 24

"Dispõe sobre a Subvenção Financeira a **ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES ECOLOGICOS DA BAÍA DE BELÉM-ASPROECOB** e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, Estado de Rondônia, Faço Saber que a Câmara Municipal decretou e Eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica concedida subvenção financeira no valor de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)** para o exercício de 2024, a **ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES ECOLOGICOS DA BAÍA DE BELEM-ASPROECOB**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n°. 25.093.512/0001-51, localizada na Avenida Tancredo Neves S/N, Centro, São Francisco do Guaporé, RO.

Parágrafo único – Os valores acima aludidos serão repassados em cota única para custear despesas de manutenção da referida associação.

Art. 2°. Os recursos para custear os repasses serão suportados através da dotação orçamentária seguinte: ficha 249, 3.3.50.43.00.00, da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 3°. Os valores descritos nos incisos do art. 1°. só poderão ser repassados mediante a celebração de convênio, o qual estabelecerá suas regras de repasse e prestação de contas.

Art. 4°. O recebimento da subvenção ora concedida fica condicionado à regular prestação de contas, mensalmente, pela entidade subvencionada.

§ 1° A prestação de contas será encaminhada ao Órgão de Controle Interno, cujo processo será composto dos documentos a seguir relacionados, devidamente preenchidos e sem rasuras:
I - ofício de encaminhamento;
II - Relação dos documentos em ordem cronológica de número e data.
III - original do extrato bancário da conta específica mantida pela entidade subvencionada, no qual esteja evidenciado o ingresso e a saída dos recursos;
IV - original dos comprovantes das despesas (nota fiscal, fatura, recibo etc.);
V - demonstrativo financeiro de aplicação dos recursos;
VI - Comprovante de recolhimento dos encargos de empregado;
VII - demonstrativo financeiro da aplicação dos recursos recebidos, assinado por um profissional de Contabilidade, com indicação do seu registro no Conselho competente;
VIII - comprovante de depósito de saldo remanescente, se houver, em conta da Prefeitura, indicada pelo tesoureiro municipal, na última prestação de contas de cada exercício.

§ 2°. No caso de irregularidades no processo de prestação de contas, o Órgão de Controle Interno notificará o responsável pela entidade, concedendo-lhe o prazo de 10 (dez) dias para a devida regularização, bem como poderá adotar medidas que julgar necessárias para facilitar e garantir a regular prestação das contas.

Art. 5° Como compensação social, para o primeiro dia de festa será franqueado gratuitamente a todos os participantes a isenção do pagamento do preço da entrada.

Art. 6°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício-Sede do Poder Executivo do Município de São Francisco do Guaporé, RO., 13 de dezembro de 2024.

Alcino Bilac Machado
Prefeito Municipal